

RELATÓRIO DE CAMPO: Conhecendo a questão agrária por seus atores¹

Artur Zimmerman

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo
Professor de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC)
e-mail: artur@ufabc.edu.br

Resumo

O *paper* é resultado de pesquisa de pós-doutoramento, onde o primeiro intuito foi realizar um estudo quantitativo sobre a violência agrária no Brasil. Posteriormente, o autor chegou a conclusão que necessitava incorporar à pesquisa um estudo de campo, com entrevistas aos personagens centrais deste cenário, onde de um lado temos os grandes proprietários e de outro os camponeses. No meio, as autoridades. As entrevistas se mostraram muito relevantes para que o próprio autor compreenda e possa passar aos leitores os determinantes da violência agrária. É essencial a visita *in loco* onde mais se mata por terra no país, ou seja, nas regiões sul e sudeste do estado do Pará, campeã em mortes em disputas por terra. Inclusive, o recente período democrático foi mais cruel em quantidade de mortos por conflitos de terra, totalizando cerca de 1.500 vítimas fatais, do que a quantidade de vítimas no período militar. Essa descoberta foi uma surpresa, pois esperava-se que a ditadura teria registrado mais mortes do que o período democrático. Devido a limitação de espaço nesse presente relatório, foram deixadas apenas as partes mais centrais das entrevistas e os comentários do autor.

Palavras-chave: Conflito agrário; camponeses; latifundiários; entrevistas; terra.

Abstract

Knowing the land question by its actors

This paper was done for a post-doc, where the main objective was to make a quantitative research concerning the agrarian violence within Brazil. Afterwards, the author got to the point that a field research was a necessary step with interviews with the main actors in this scenario, in one side the large landholders, and in the other the peasants. In the middle were the authorities. The interviews seem to be very relevant to the author comprehension of the agrarian violence and helped to tell this story to the readers in a better way than previously thought. It's essential to visit the most violent area within Brazil, south and southeast regions of Pará state *in loco*. A great finding was that during the democratic regime (since 1985-) more peasants were killed as result of agrarian confrontations (about 1,500 fatal victims) than in the military period. Because of the space limitations of this present report/field work, only the main parts of the interviews and the author's comments were preserved.

Keywords: Agrarian conflict; peasants; large landholders; interviews; land.

¹ Este texto é resultado de pesquisa de pós-doutoramento pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, contando com apoio da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, com o projeto de pesquisa intitulado **A violência Agrária no Brasil: Uma Abordagem Quantitativa**.

Resumen

Conocer el problema de la tierra por sus actores

El documento es el resultado de la investigación post-doctoral, en el que el primer objetivo ha sido realizar un estudio cuantitativo de la violencia agraria en Brasil. Posteriormente, el autor llegó a la conclusión de que tenía que incorporar una investigación *in loco*, incluyendo entrevistas con los protagonistas del medio rural, en donde, por un lado, tenemos grandes propietarios y del otro, campesinos. En el medio, las autoridades. Las entrevistas fueron muy relevantes para comprensión de la cuestión agraria para el propio autor transmitir a los lectores los determinantes de la violencia agraria. Es imprescindible visitar el lugar donde ocurre la mayoría de las muertes por disputas por la tierra en el país, principalmente en las regiones del sur y sudeste del estado de Pará, donde más se mata por la tierra. Incluso, el período democrático reciente fue más implacable en cantidad de muertos por conflictos de tierras (cerca de 1.500 víctimas fatales) que la cantidad de víctimas en el período militar, y este descubrimiento ha representado una sorpresa, pues se esperaba que la dictadura hubiera tenido más muertes que en el período democrático. Debido a las limitaciones de espacio de este informe, se quedaron sólo las partes más centrales de las entrevistas y los comentarios del autor.

Palabras clave: Conflicto Agrario; campesinos; terratenientes; entrevistas; tierra.

Introdução

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada em meu pós-doutoramento pelo departamento de ciência política (DCP) da Universidade de São Paulo (USP) entre os anos 2007 e 2009, sobre a violência agrária no Brasil, no período de redemocratização. As entrevistas foram realizadas no mês de novembro de 2007 nas regiões sul e sudeste do estado do Pará, por serem locais com maior quantidade de vítimas fatais por conflitos de terra.

A pesquisa tinha inicialmente como meta abordar quantitativamente a questão da violência agrária no Brasil democratizado. Após decorrido um tempo do início desse trabalho, senti necessidade de ter contato com a realidade da problemática sobre a violência agrária e não estar restrito apenas à bibliografia, responsável pelo auxílio na construção de um vultuoso banco de dados. A decisão de realizar estudo de campo nas regiões sul e sudeste do estado do Pará foi tomada após interar-me que lá morreram cerca de 1.500 camponeses e simpatizantes durante o período democrático (1985-2013), de acordo a dados baseados em relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Apenas no estado do Pará ocorreu por volta de ¼ de todas as 1.500 mortes, sendo que a violência concentrou-se intensamente nas regiões sul e sudeste desse estado.

Um ponto teórico central na questão da violência agrária a que dedico-me a comprovar na parte empírica é a *safety net*, ou seja, a rede de segurança da qual Scott (1976) nos brinda, e que trata do ponto em que o camponês irá se rebelar contra o sistema de exploração à sua condição subalterna. Esse momento, de acordo à Scott, ocorre apenas quando não há apoio da comunidade ou, inclusive, dos patrões para que o camponês tenha o mínimo necessário à sua subsistência. É, portanto, uma rede de segurança de sua existência física o que impede uma reação espontânea de resistência, utilizando de violência para combater este outro tipo de violência que é a exploração.

A primeira pessoa que me colocou em contato com indivíduos-chave para entender esse conflito foi Leonardo Sakamoto e, a partir dele, conheci várias pessoas que me ajudaram a desvendar as mortes agrárias. Alguns coordenadores da CPT foram de imensa presteza. Dentre eles, cito José Affonso Batista, de Marabá, juntamente com os membros da CPT desta cidade, Frei Henri de Rosiers e Ana de Sousa Pinto (a Aninha), da CPT de

Xinguara, ajudaram a entender o conflito em seus mínimos detalhes e deram apoio logístico, além de travar contatos na região com outros líderes atuantes em movimentos sociais diversos, entidades, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e afins.

Este tipo de organização, como a Comissão Pastoral da Terra, a meu entender, pode servir dois propósitos que são ambíguos quando temos em mente a resistência a que se refere Scott, no âmbito da Economia Moral:

- a) O apoio da entidade pode reduzir a incidência da resistência violenta, já que ele iria ao encontro dos camponeses no quesito de proporcionar o mínimo, sendo uma espécie de *safety net*, para que a violência não se concretize;
- b) O auxílio aos camponeses pode servir como uma espécie de munição informacional, fazendo que este grupo de explorados se sinta unificado e com auto-confiança para exigir o que julgam seus direitos, inclusive por meio da violência.

Já, outro tipo de organização não-governamental, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ou seus similares² exerceriam a segunda função descrita acima, podendo elevar confronto dos grupos opositores, pois teriam como objetivo central a conquista da terra através de ocupações, sendo que os supostos proprietários provavelmente não aceitariam pacificamente tais ações de ocupação de terra. Apesar disso, a derrota do capitalismo servia apenas como um grito de ordem para motivar seus integrantes (CARVALHO, 2002) na luta pela terra. O provável modelo de conflito agrário a que se referiam Alstom, Libecap e Mueller (1999) fazia jus à ocupação de terra por movimentos sociais e o confronto com os proprietários de terra, com interferência do judiciário e polícia, causando violência gerada pelo modelo em si, sem que o Estado brasileiro pudesse intervir nesta rota confrontacional pré-determinada de antemão.

Como pesquisador, tentei manter-me neutro por toda a investigação e, inclusive, entrevistei pessoas que supostamente estão do outro lado deste conflito e que representam os ruralistas, ou fazendeiros de extensas áreas. Não tive grande êxito com este outro lado, pois não encontrei suficiente abertura, porém, não pude deixar, igualmente, de dar ouvidos para manter-me afastado e tentar ser o mais objetivo possível, sem sucumbir ao viés de militante de uma causa, e manter-me na neutralidade acadêmica de pesquisador. Senti-me, inclusive, ameaçado nas entrelinhas, quando saía às ruas da pequena cidade de Xinguara, onde as paredes pareciam ter ouvidos, e os transeuntes viam que eu entrava em endereços de organizações de defesa de camponeses. Sem dúvida, houve dias em que me senti vulnerável, apesar de não fazer parte desse conflito. De acordo ao Human Rights Watch (1991), os ruralistas tinham adquirido dezenas de milhares de armas e representavam certo perigo, quando confrontados. Mesmo assim, numa região onde a lei está sempre do lado mais forte, e o Estado está ausente, acadêmicos neutros não eram considerados aparte desta arena belicosa.

Os dados que consegui foram basicamente das mortes agrárias, ocorridas em consequência de conflitos de terra, do lado dos camponeses. Em um conflito, geralmente há vítima de ambos os lados. Por isso, insisti em conseguir dados quantitativos dos dois lados, o que foi em vão, pois do lado dos grandes proprietários de terra não foi possível. Claro que a grande vítima é o camponês e este era o lado que mais me interessava em retratar o sofrimento e angústia dos despossuídos de terra.

A estrutura agrária presente no Brasil há décadas, privilegia a concentração de terra (ALMEIDA, 2000), favorecendo e radicalizando a tendência da desigualdade e pobreza no campo (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2000; WINROCK INTERNATIONAL 2000; KAGEYAMA e HOFFMANN, 2006), característico nas economias de baixa e média renda, ou seja, no hemisfério sul do globo. As entrevistas corroboram esta tese de que o país encontra-se com inúmeras contradições, principalmente em suas regiões rurais, afastado do poder público e com menos eleitores por km². Apesar disso, contrariando censos nacionais, o Brasil, assim como a América Latina de maneira geral, apresenta uma quantidade bem

² No Brasil, atualmente, há cerca de 100 movimentos sociais que tem por meta fazer avançar os direitos dos camponeses à terra, sendo que o MST é o mais conhecido, mais ativo, e o que tem mais membros filiados (ZIMERMAN, 2014).

superior de população que vive no e do campo, do que os censos agrários tendem a mostrar (FERRANTI et al., 2005) e isso devido às definições de cidade e campo que os países da região adotam, deixando de introduzir noções imprescindíveis a este tipo de categorização, como infraestrutura, distância até cidade maior de 100 mil habitantes, densidade demográfica, etc. Se assim fosse pensado, o Brasil teria registrado não os 17% de população rural, mas 33% (VEIGA, 2004; ZIMERMAN, 2010). E, essa diferença populacional faz falta na hora de prescrever políticas públicas agrárias adequadas que poderiam, inclusive, reduzir a violência no campo. Esse tipo de política é ignorada por falta de dados oficiais, dentre inúmeras outras questões que afeta o campesinato.

Os atores do campo entrevistados por mim foram os seguintes: dois coordenadores da Comissão Pastoral da Terra (em Marabá/PA e Xinguara/PA), um coordenador de cooperativa em Marabá (e ex-coordenador da CPT na mesma cidade), um missionário do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 2 presidentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), um segurança (da Polícia Militar) de pessoa ameaçada de morte, um coordenador regional do MST, um representante sindical dos ruralistas e fazendeiros, uma juíza da vara agrária, um gerente de banco Caixa Econômica Federal (de Marabá).

A escolha dos entrevistados se deu pelas seguintes razões:

A Comissão Pastoral da Terra é um órgão ligado à Igreja Católica, que defende os direitos e a dignidade humana dos que trabalham na terra. A entidade publica anualmente um relatório sobre a situação de conflitos e disputas de terra e, ao que tudo indica, é um dos únicos documentos que mostram a real situação dos camponeses no Brasil. Por tal motivo, achamos conveniente que três coordenadores (sendo um ex-coordenador) desse órgão contem sua parte na história do conflito, pois conhecem a situação dos trabalhadores no campo de maneira profunda e *in loco*.

O Conselho Indigenista Missionário pertence à Igreja Católica e cuida do bem-estar dos Índios, também com relação a sua ligação com a terra. Os índios são freqüentemente ameaçados em suas próprias terras. Portanto, queríamos dar espaço a esta categoria, já que a entidade representa a voz de muitos dos índios frente ao homem branco.

A Fetagri é a entidade sindical dos trabalhadores na agricultura, com representação por grande parte do país. Questões relacionadas à situação do trabalhador rural deveriam ser mais estudadas como categoria de análise.

Uma situação diferente, onde um policial militar faz a segurança de uma presidente de sindicato do município de Rondon-do-Pará, que teve seu marido assassinado por questões de terra e a própria é ameaçada de morte, até que recebeu proteção do estado. Assim, damos oportunidade de um membro da Polícia Militar dar seu depoimento, mesmo que protegendo uma cidadã que defende os trabalhadores rurais.

Movimentos sociais são, em geral, muito bem organizados e mobilizam milhares de trabalhadores sem-terra, dentre outras categorias. Não poderia, portanto, faltar um coordenador do MST, prestando seu depoimento e dando a visão do conflito agrário na região. O acesso a esse tipo de movimento é difícil e houve a necessidade de conhecimento e indicações de pessoas para que a entrevista fosse levada a cabo.

O único representante do sindicato dos ruralistas que pudemos incluir nesse trabalho, apresenta sua versão da situação de violência no campo. Essa foi uma entrevista que empenhei-me demasiadamente em obter, pois é a única de representante da categoria patronal. Por conta disso, senti perigo a minha segurança pessoal.

Uma juíza da vara agrária, representando o Estado, faz parte do rol dos entrevistados necessários para dar a tal diversidade dos presentes. Muitos personagens desse conflito afirmam que o Estado brasileiro está ausente em muitas localidades, especificamente nas que foram visitadas no estudo de campo. Por tal razão foi vital incluir alguém pertencente ao poder judiciário, já que cada vez mais a judicialização da política se dá em temas de conflito por terra. Ou seja, na ausência de políticas públicas sobre o tema, o judiciário dá seu veredito por meio de sentenças.

Por fim, um gerente da Caixa Econômica Federal presta esclarecimentos sobre as enormes filas em sua agência, onde há suspeita, por parte do autor, de muita ajuda social na região que mais se morre e mata por conflitos de terra no sul e sudeste do estado do

Pará, dando ênfase à miséria e à pobreza desta parte esquecida pelas autoridades no Brasil. E, para minha surpresa, movimentos sociais como o MST descrevem medidas de proteção social como o programa Bolsa Família como inibidor de mobilização por parte dos que recebem, atrasando a resolução da questão agrária.

Importante ressaltar que a memória que o entrevistador quer registrar, relativo aos conflitos agrários, diz respeito às convicções de cada partido, seja de um ou do outro lado do conflito, ativo ou passivo. Seria interessante incluir mais entrevistas do lado do latifundiário, mas não foi possível por questões de inacessibilidade e até temor por parte do autor de que sofresse algum tipo de represália. Em geral, só são colhidas entrevistas e depoimentos de uma das partes nos trabalhos existentes. Como o intuito desse trabalho condiz com a neutralidade ideológica, não houve interesse em manter o lado de uma das partes como vítima e o outro como algoz. Isso, deixamos para os leitores tirarem suas conclusões, sem interceder a favor ou contra algum lado. Sem dúvidas, há um lado que morre mais, e isso os dados indicam. A questão é saber dos direitos e deveres dos seres humanos e cidadãos, e aonde cada uma das partes extrapola e/ou apenas luta por seus direitos, seja na defesa da propriedade privada, ou no direito de ter um pedaço de terra.

Por que morreu quase o dobro de vítimas em disputas de terra no período estudado, ou seja, entre 1985-2013, do que no período ditatorial entre 1964-1984? Os dados foram retirados da única fonte encontrada para o período em que governou o regime militar (MST, 1986). Nossa sugestão, baseado em outra literatura (quantitativa das guerras civis) é que em períodos de repressão os “rebeldes” em potencial terão muito mais receio de resistir ativamente, pois será mais arriscado. Em períodos de abertura, o preço a se pagar é menor e arrisca-se mais, ficando mais susceptível às conseqüências oriundas de uma invasão/ocupação de terras alheias (ZIMERMAN, 2008).

É claro que a violência urbana das últimas décadas no país é muito superior à violência agrária, pelo menos em quantidade de vítimas. No entanto, o tipo e a motivação da violência é de outra natureza.

Agora, após tais explicações sobre o contexto da pesquisa, das entrevistas e um diálogo com vários autores a respeito da questão agrária no Brasil, exponho a seguir, trechos de algumas das entrevistas que julgo relevantes para o relato nesta comunicação.

Entrevistas

Entrevista com José Batista Affonso, Coordenador da CPT em Marabá (e advogado).

Pesquisador (P) – O que fez crescer a violência na região foi a ausência do Estado?

Muita gente diz que há ausência do Estado aqui. Eu não acho. O Estado sempre esteve presente, mas ao lado de uma das partes. A burguesia nunca reclamou da ausência do Estado aqui. O poder judiciário dava a liminar na hora que eles queriam. O oficial de justiça estava ali na hora que eles queriam. O Estado estava presente para defender o interesse de um lado, mesmo que de forma totalmente equivocada quanto a seu papel. Aí começa a disputa em defesa da posse da terra contra os titulados, aumentando o número de mortes e ameaças de morte.

P – Nessa época ainda não acionavam a justiça?

Acionavam a justiça e onde era possível levar a polícia ela ia. E a polícia ia como pistoleiro também. A ação da polícia não se diferenciava da pistolagem. Prendia, batia, espancava, matava, fazia o que os fazendeiros mandavam. Naquele tempo havia poucas delegacias de polícia - os delegados e os investigadores eram indicados pelos fazendeiros e madeireiros, e não concursados. Os poucos promotores ou juizes que existiam também estavam a serviço dos interesses do latifúndio. Estavam ali prá espancar, prá prender e prá matar, literalmente. Os dados da CPT indicam que 30 por cento ou mais das mortes foi diretamente causado pela polícia.

P – Então, quer dizer, que a democracia, do ponto de vista da reforma agrária, foi pior que no regime militar?

Foi pior. Houve um aumento das ocupações e a violência foi proporcional ao aumento das ocupações. Certamente se houvesse tido um pico de ocupações no regime militar também haveria um aumento da violência. Entre 1985 e 1987 são os 3 anos em que se matou mais trabalhadores dessa região aqui. Não se matou em outra região do Brasil como se matou aqui nesse período. Temos muitas chacinas de vários trabalhadores, assassinatos.

P – É que havia uma expectativa muito grande quando Lula assumiu o governo, o que não se concretizou e acabou frustrando os trabalhadores.

Exato, o mesmo ocorreu em 1985/6, após o término do governo militar. Mas, o número de assassinatos aumentou (informação verbal)³.

Entrevista com Emmanuel Wambergue (Mano) – Dirigente da Copserviços em Marabá (e ex-coordenador da CPT na cidade).

P – O que acontece com os políticos, como vereadores, prefeitos e deputados, na relação dos conflitos de terra? Nos dados, são muito poucos que morreram pela causa. Por quê?

Bem, acredito que os políticos se envolvem. Eles não são mortos, pois é difícil matar um político. Eles andam com comitivas. Muitos dos assassinatos ocorrem por meio de emboscada. Cada pessoa que tem a cabeça a prêmio tem valor diferente para serem mortas, de acordo à importância da pessoa. Houve um tempo que o preço era marcado em dólares por causa da inflação.

Um detalhe: A Dorothy (Stang, assassinada em 2005) foi fundadora da CPT aqui comigo. Conheci bem ela. Eu pessoalmente posso citar na ponta do lápis os nomes de 32 amigos meus que foram assassinados.

P – E você não se sentiu ameaçado com toda essa violência em sua volta?

Durante 15 anos não fui a nenhuma festa pública. Não saía sozinho à noite e, quando ia a certos lugares, sempre com carro cheio. É claro que se querem te pegar, te pegam. Eu tinha um apoio muito grande da Igreja e uma vantagem de ser gringo. Pode dar uma implicação diplomática. Vários fazendeiros falaram que foi uma besteira ter matado a Dorothy. Poderiam ter matado sindicalistas que não teria essa repercussão tão exaltada do governo.

De certa forma, o que seria interessante ver é que geralmente os assassinados são de lideranças. Imagina-se que matando elas, acaba-se com o movimento. E geralmente o efeito é contrário. Falava-se em 1 por 2 (morria 1 do nosso lado e dois do outro lado). Isso não foi publicado em canto nenhum. Pistoleiro que morre nem é falado.

P – Os fazendeiros não ficariam mais receosos de utilizar violência e matar trabalhadores quando há um movimento por trás de pessoas que ocupam terras?

Aqui a impunidade é completa. De todos os assassinatos eu acho que tem apenas 3 pessoas que foram para a cadeia. E para julgamento foram 5. E ainda porque era a Dorothy, era um padre, era um presidente de sindicato. Até agora não vi nenhum julgamento por ser assassinato. Teve a curva do S, um escândalo que foi naquele tempo. Eu disse na ocasião que tinha certeza que quem iria para a cadeia nesse caso eram os mortos. É a impunidade. Matar alguém no meio da rua aqui não acontece nada. Depende de quem mata e quem morre.

A necessidade de ter terra e a situação de pouca empregabilidade desde 2000 (apesar de ter aumentado o trabalho em serviços e informática e no comércio) fez que o movimento fosse espontâneo em busca de terra (informação verbal)⁴.

³ Entrevista concedida por José Batista Affonso, em Marabá, novembro de 2007.

⁴ Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue (Mano), em Marabá, novembro de 2007.

Entrevista com James de Senna Simpson, representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá.

P – Como que os ruralistas geralmente vêem esse tipo de conflito?

A primeira coisa que temos que ver é que não existe mais hoje a luta pela terra. O que existe é a política e um grupo de pessoas que querem tomar o poder pela força. Que a partir do momento que você vê movimentos sociais invadindo siderúrgicas, invadindo a Vale do Rio Doce, a Eletronorte, que isso tem a ver com terra?

O foco da reforma agrária já se perdeu. Não existe mais luta no campo por reforma agrária, tanto que a onda de invasões aqui na região tem diminuído por parte de quem quer terra. O que nós temos hoje são milícias, bandos armados tomando fazendas, matando os fazendeiros, fazendo esbulho, queimando tudo: não querem terra. Nós nunca fomos contra a reforma agrária, pelo contrário. O sindicato rural sempre apoiou e sempre apóia. Uma vez que o cidadão brasileiro é assentado ele passa a ser um produtor rural. E a partir desse momento é obrigação do sindicato dar assistência a essa pessoa, não importa a quantidade de terras que ele tem.

O que vemos é que os assentamentos, principalmente na nossa região, não foram prá frente: viraram favelas rurais, verdadeiros bandos de miséria, ninguém produz nada, de 80 a 90 por cento das pessoas não tem aptidão nenhuma ao campo. São pessoas arregimentadas em bares, em favelas, à marginalidade dos municípios. A mata da Amazônia é um local muito difícil de se sobreviver, sem assistência, sem tecnologia, sem recursos do governo.

Pegar uma pessoa que não tem experiência nenhuma de terra e jogar na selva amazônica, no meio de uma mata, o resultado só pode ser esse que nós temos hoje: uma falta de produtividade total.

P – Você mencionou no início dessa conversa que os trabalhadores têm milícias. Só que eles dizem que a milícia está do lado dos fazendeiros.

Você leu a Revista Veja dessa semana? Não somos nós que estamos falando, é a Veja. O título da reportagem é “Faroeste no Pará”. Não preciso te dizer mais nada.

Porque a Constituição te assegura o direito de propriedade? A lei não te dá o direito de defender o que é seu? Na Constituição está lá, o direito de propriedade, de defender o que é meu.

P – Mas, com armas?

Com o que quiser. Se um ladrão entra na sua casa você tem o direito de defender ela. Como você vai defender uma pessoa com um 38 na sua cara? Você vai ajoelhar no pé dele e rezar?

P – Mas as pessoas foram assassinadas aqui na região...

E quantos fazendeiros foram assassinados, você sabe? Claro que não, vocês sabem só do outro lado. Não vende. A mídia não vende. Ninguém vai prá um jornal prá ver lá que mataram uns fazendeiros no Pará. Ah, mataram um líder do MST...agora sim, que é notícia. Isso corre o mundo. Aquela palhaçada de Eldorado de Carajás [referente ao massacre de Eldorado, onde 19 trabalhadores foram mortos pela polícia]. Eu tava lá nesse dia preso lá no trânsito. Eu vou ser bem sincero. Se eu fosse um PM naquele dia eu tinha feito a mesma coisa. Ou eu matava ou eu morria. É só ver a polícia correndo e um caminhão atrás para prender eles e os caras todos escondidos.

P - Mas não precisava ser com armas, não acha?

Você quer que eu te conte uma coisa? Já existem indícios fortes aqui no Pará que aquilo tudo foi premeditado. Sabe como se chama aquilo? Queima de arquivo. Aquilo se chama fato político. Já tem depoimento que eles mesmos se mataram lá dentro.

No laudo de balística dizia que sem-terra foi morto por bala de 22. Policial usa 22? Policial fardado está lá prá desobstruir uma estrada e vai dar um tiro de espingarda 22? O cara tava de carabina, de tipo pistola 9 mm (informação verbal)⁵.

⁵ Entrevista concedida por James de Senna Simpson, em Marabá, novembro de 2007.

Entrevista com Charles Trocate – Coordenador regional do MST em Marabá.

P - O MST, então, não vê o objetivo final, que é o assentamento, mas o assentamento em terras griladas e no latifúndio, mas não em terras públicas.

Não interessa ser assentado em terra pública. Nós queremos eliminar o latifúndio da sociedade brasileira. Essa é a nossa tarefa, entregar esse país mais sadio para a nova geração (informação verbal)⁶.

Entrevista com a Juíza Cláudia Regina Favacho Moura – Vara agrária de Marabá.

Essa vara não tem competência criminal, mas apenas cível. A juíza acredita que o desordenamento fundiário do estado do Pará é o causador dos conflitos de terra. O Estado não vai conseguir resolver a questão agrária sem antes resolver a questão fundiária, isto é, resolver a quem pertence a terra, já que a grilagem é comum. Outro fator que facilita a grilagem de terras são as dimensões do estado (o segundo maior do país), já que há casos que o estado não consegue mais acompanhar.

A impunidade de que se fala muito não é exato. De acordo com uma pesquisa do Tribunal de Justiça, os processos com motivação agrária muitas vezes não passa da polícia para o Judiciário.

O aparato estatal não consegue se fazer presente em muitas localidades, por vários motivos, inclusive pelo número de pessoal. A vara agrária de Marabá atende a 143 municípios (sendo 105 comarcas).

A juíza acredita que enquanto houver terra sem demarcação haverá conflito de terras (informação verbal)⁷.

Entrevista com Ana de Souza Pinto (“Aninha”) – Socióloga e coordenadora da CPT de Xinguara (PA).

P – Você falou que os médios proprietários são mais violentos que os grandes, que geralmente são muito poderosos, seja na política, ou nas suas relações com grupos influentes que teriam a perder com seus nomes envolvidos nesse tipo de crime. Seriam os médios proprietários aqueles que cometem a maior quantidade de crimes agrários?

Quem manda assassinar tanto os trabalhadores como seus parceiros na luta e aliados? Eu disse que os grandes fazem uma análise política na conveniência de mandar assassinar esse pessoal. Nem sempre o único meio é a eliminação de pessoas. Eles fazem a análise da repercussão disso frente à sociedade, tanto a nível nacional como internacional. A imagem do setor produtivo poderia ser arranhada pela violência. Ao passo que os médios, a impressão que temos é que eles não estão tão preocupados com a repercussão, com a violência e não fazem essa análise política. Eles querem tirar pessoas que estão no caminho. São mais ousados, mais truculentos. Na década de oitenta, quando a violência era muito alta, dizíamos que a violência era utilizada como dimensão pedagógica. Não basta só matar simplesmente. Tem que matar com requinte de crueldade só pra dar o exemplo pros outros. Se alguém passar no nosso caminho, olha o que pode acontecer. Tem casos muito horríveis na região do Baixo Araguaia, na região de São Geraldo, na década de oitenta. Foram muitos e muitos conflitos e, realmente, muitos assassinatos.

P – No regime militar houve menos mortes. Talvez a repressão dificultava a ocupação de terra. Você acha que a explicação do aumento de mortes na democracia, onde a repressão não era tão forte como no regime militar procede?

Sim, acho que procede. O Sarney vivia na mídia prometendo reforma agrária e não deu. Quando a desapropriação é realizada em terras griladas a União perde muito dinheiro. No

⁶ Entrevista concedida por Charles Trocate, Marabá, novembro de 2007.

⁷ Entrevista concedida por Cláudia Regina Favacho Moura, Marabá, novembro de 2007.

estado do Pará quando Jader Barbalho era ministro extraordinário da reforma agrária, o que teve de fazendeiro que se beneficiou com o superfaturamento das propriedades. Os preços foram lá prá cima. No Brasil todo o debate sobre a democratização da terra tem que ser feito levando em conta outros fatores e não somente a terra, como infraestrutura, crédito, apoio técnico. É muito dramático o que vem acontecendo. Na Amazônia, o modelo que os militares implantaram foi para beneficiar os interesses do grande capital mais e mais. A atividade econômica era o gado. Isso tinha impacto ambiental e impedia que outros tivessem terra, já que havia a concentração da terra. As políticas públicas foram na lógica da atividade do gado (informação verbal)⁸.

Considerações finais

As ‘versões pessoais’ e relatos das entrevistas que foram realizadas dão uma melhor compreensão à nossa variável a ser explicada, ou seja, a violência agrária, fazendo-nos considerar as posições de vários lados envolvidos nesse conflito que causa morte.

Esperamos que o leitor possa tirar sua própria conclusão a respeito de possíveis soluções a serem tomadas por intermédio de políticas públicas do Estado brasileiro em suas diferentes esferas, seja federal, estadual ou municipal para que o risco de mortes resultantes de conflitos de terra no país seja reduzido.

As falas dos atores entrevistados nos dá a dimensão do problema agrário, que pode ser amenizado por meio de políticas públicas direcionadas a este conflito.

Juntamente com a redução da violência no campo, a avaliação das políticas de desconcentração de terra, por meio da substituição de latifúndios por unidades de agricultura familiar e a de redução da pobreza e da desigualdade de renda em zonas rurais, é o alvo da proposta dessa comunicação, e o tema de discussão para a melhoria dos índices sócio-econômicos e redução da violência nos conflitos de terra.

É gritante a distância de idéias entre o representante dos ruralistas com os outros entrevistados ouvidos. Essa separação indica a dificuldade de resolução deste impasse e os diferentes mundos e concepções que estão em choque. Há necessidade de se fazer uma ponte entre os dois lados para que haja diálogo e redução da violência. O papel do Estado é fundamental. Primeiramente, é necessário que o Estado esteja presente e intervenha nestas regiões isoladas do país. O trabalho educacional e cultural levará, provavelmente, gerações para surtir efeito e, só assim, teremos perspectivas de uma maior integração e relação pacífica entre as duas concepções de mundo trazidas nesta abordagem conflituosa entre desiguais que não falam a mesma língua.

A pobreza se concentra nas zonas rurais, principalmente nos países de baixa e média renda, sendo que a concentração de terra apenas aumenta mais o contingente de pobres. A redução da desigualdade passa pela desconcentração de terra e pela reforma agrária, algo que apesar de muito discutido no Brasil, pouco se faz de concreto para aliviar a pobreza no campo. A extrema desigualdade cria este abismo entre os que muito possuem e os totalmente desprovidos. O estado deve responder adequadamente a tal desigualdade de terra e de renda, com políticas públicas e sem violência.

Referências

ALMEIDA, A.M. **Muita terra e pouco dono**. Análise histórico-estrutural da questão agrária no Brasil. OSAL. Setembro 2000.

ALSTON, L. J.; LIBECAP, G. D.; MUELLER B. **A model of rural conflict**: Violence and land reform policy in Brazil. ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT ECONOMICS, n.4, Cambridge University Press, 1999, pp.135 – 160.

⁸ Entrevista concedida por Ana de Souza Pinto, Xinguara, novembro de 2007.

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável:** Desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org.) Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

CARVALHO, L. M. **Documentos do MST mostram:** objetivo é derrotar o capitalismo. *O Estado de São Paulo*, Abril 7, 2002.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Conflitos no Campo Brasil.** Goiânia: Gráfica e Editora Pe. Berthier, anos 1985 – 1995. Disponível em: < <http://www.cptnac.com.br>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

FERRANTI, D; et al. **Beyond the City:** The Rural Contribution to Development. The World Bank, Advance Edition, Washington D.C., 2005.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Violência rural no Brasil.** Relatório Americas Watch, Fevereiro 1991.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil:** Uma perspectiva multidimensional. *ECONOMIA E SOCIEDADE*, 15(1), Campinas, janeiro-junho 2006, pp.79-112.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Assassinatos no campo:** Crime e impunidade 1964 – 1985. MST, 1986.

SCOTT, J. **The moral economy of the peasant:** Rebellion and subsistence in Southeast Asia. New Haven, CT: Yale University Press, 1976.

VEIGA, J. E. **A dimensão rural do Brasil.** *ESTUDOS SOCIEDADE E AGRICULTURA*. Abril, 12(1), 2004, pp.71-94.

WINROCK INTERNATIONAL. **Pobreza rural no nordeste do Brasil:** Um estudo participativo. Faculdade Integrada da Bahia, 2000.

ZIMERMAN, A. **My life for a lot:** Evidences of a democratic Brazil. Manuscrito apresentado na Latin American Studies Association (LASA), Chicago, Estados Unidos, em Maio de 2014.

_____. **Terra manchada de sangue:** Conflitos agrários e mortes no campo no Brasil democrático. São Paulo, Editora Humanitas, 2010.

_____. **Peguem a foice e vamos à luta:** Determinantes agrários da guerra civil. São Paulo, Editora Humanitas, 2008.

Recebido para publicação em 30 de janeiro de 2013

Devolvido para revisão em 06 de dezembro de 2013

Aceito para publicação em 13 de maio de 2014